



# OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

## PROGRAMA

### Apresentação

**A conferência será adiada para data a fixar oportunamente nos meses de outubro ou de novembro do corrente ano.**

*Objectivo:* Análise das novidades do anteprojeto de reforma da justiça administrativa e tributária, cujo procedimento legislativo está de momento em curso.

O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) e o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF) realizarão uma conferência sobre o anteprojeto da reforma do processo administrativo e tributário, cujo procedimento legislativo está pendente de aprovação. Trata-se de uma reforma que incide sobre os diplomas estruturais da justiça administrativa e tributária.

Importa, desde logo, destacar as alterações introduzidas ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) que incidem sobre:

- (i) o âmbito da jurisdição,
- (ii) o funcionamento e as competências do Supremo Tribunal Administrativo,
- (iii) as competências da Secção de Contencioso Tributário e de Contencioso Administrativo
- (iv) as competências dos tribunais tributários,
- (v) a admissibilidade da criação de tribunais de competência especializada no âmbito da jurisdição administrativa (juízo administrativo social, juízo de contratos públicos e juízo de urbanismo, ambiente e ordenamento do território) e fiscal (juízo de execução fiscal e juízo de recursos contraordenacionais), com a previsão de criação de subsecções especializadas nos tribunais superiores em função da matéria, por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Paralelamente, são adotadas medidas tendentes à implementação de um novo modelo de administração e gestão agrupada dos tribunais administrativos de círculo e dos tribunais tributários, assente na divisão em zonas geográficas e na introdução da figura do administrador judiciário e do magistrado do Ministério Público coordenador, assim como está prevista a revisão do modelo dos gabinetes de apoio, simplificando-se a sua criação e estendendo-se a admissibilidade da sua criação nos tribunais centrais administrativos.

O regime das custas processuais é igualmente objeto de alterações com grande relevo prático.

As alterações ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos assumem também particular importância, com relevantes clarificações e novidades designadamente ao nível do:

- (i) regime do levantamento do efeito suspensivo automático no âmbito do contencioso pré-contratual
- (ii) alargamento da legitimidade no âmbito dos pedidos de impugnação de normas,
- (iii) introdução da mediação

(iv) alterações em matéria de arbitragem administrativa.

O Código do Procedimento e Processo tributário (CPPT) é objeto de uma profunda reforma gizada em torno do escopo da simplificação e agregação processual e de convergência e harmonização com o regime do CPTA. Merecem especial realce, entre outros:

(i) o alargamento da possibilidade de cumulação de pedidos e coligação de autores no processo de impugnação judicial,

(ii) o reforço da apensação de execuções,

(iii) a possibilidade de dedução de uma oposição contra várias execuções bem como a adaptação de diversas figuras já previstas no CPTA,

(iv) a possibilidade de concessão de providências cautelares de natureza judicial a favor do contribuinte ou demais obrigados tributários nos termos previstos no CPTA,

(v) a nova regulação do efeito suspensivo de atos de liquidação

(vi) a consagração do efeito suspensivo da reclamação

(vii) profunda reestruturação do regime dos recursos jurisdicionais,

(viii) a atribuição de iniciativa processual ao Ministério Público no âmbito da arbitragem tributária e a obrigatoriedade de publicação das decisões arbitrais tributárias.

A conferência está especialmente vocacionada para profissionais que lidam com questões relativas ao Contencioso administrativo e tributário do sector, mormente, Advogados, Magistrados, Consultores jurídicos, Docentes, Investigadores, Estudantes e a administração pública central, institucional e empresarial, regional e local.

## Programa

**A conferência será adiada para data a fixar oportunamente nos meses de outubro ou de novembro do corrente ano.**

**9h45m - Sessão de abertura: Alterações à organização e funcionamento da jurisdição administrativa e fiscal**

- *Juiz Conselheiro Carlos Carvalho*
- *Juíza Conselheira Isabel Marques da Silva*
- *Professora Doutora Ana Gouveia Martins*

**11h - Alterações ao regime de custas judiciais e ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA)**

- *Professor Doutor Aroso de Almeida*
- *Professor Doutor João Miranda*



# OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

- *Mestre João Raposo*
- *Mestre José Luís Esquível*

## **14h30 - A reforma do Código de Procedimento e Processo Tributário**

- *Juiz Conselheiro Jorge Lopes de Sousa*
- *Juíza Conselheira Dulce Neto*
- *Professora Doutora Ana Paula Dourado*
- *Mestre Paulo Marques*

## **17 h. - Sessão de encerramento: tendências futuras da justiça administrativa e fiscal**

- *Juiz Conselheiro Vítor Gomes, Presidente do Supremo Tribunal Administrativo*
- *Dra. Helena Ribeiro, Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça*
- *Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira*
- *Professor Doutor Vasco Pereira da Silva*
- *Professora Doutora Maria da Glória Garcia*
- *Professora Doutora Ana Paula Dourado*



# OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

## INFORMAÇÕES

---

**A conferência será adiada para data a fixar oportunamente nos meses de outubro ou de novembro do corrente ano.**

**Duração:** 1 dia

**Objectivo:** Análise das novidades do anteprojeto de reforma da justiça administrativa e tributária, cujo procedimento legislativo está de momento em curso.

**Organização:** Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) e Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF)

**Custo:** 20€ / 10€ Estudantes da FDUL, IDEFF e ICJP



# OS ANTEPROJETOS LEGISLATIVOS DE REFORMA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

## FICHA TÉCNICA

---

### Coordenação científica:

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado
- Prof. Doutor João Miranda
- Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues
- Prof.ª Doutora Ana Gouveia Martins

### Organização:

